

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 66/2026 (54/2026 - compras.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS
(UASG: 988841)**

OBJETO

AQUISIÇÃO DE SACOS PLÁSTICOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.698,00

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/07/2026 às 08h30min (horário de Brasília), no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h30min até 14h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 66/2026

(Processo Administrativo n.º 294/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto Executivo nº 124, de 1º de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 10/07/2026

Horário da Fase de Lances: 08h30min às 14h30min

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: *menor preço por item*

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **sacos plásticos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Havendo divergência entre o código CATMAT/CATSER, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo III, prevalecerá, sempre, a descrição do item constante deste Aviso.

1.4. O local, a forma, as condições e o prazo de entrega estão indicados nos Termos de Referência – Anexo I deste Aviso.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

1.5. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1.5.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

1.5.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

1.5.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Dispensa Limite nº 66/2026

Parecer Jurídico nº 565/PGM/2026 – Ticket nº 414859

Rua Venâncio Aires, nº 2277 | 2º Andar | Centro | CEP: 97010-005 | Santa Maria/RS | Brasil
+55 (55) 3174-1501 | contratacaodireta@santamaria.rs.gov.br | www.santamaria.rs.gov.br

1.7. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

1.7.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

1.7.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.7.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

1.a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.7.3.1. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

1.7.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

1.7.5. sociedades cooperativas.

1.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

1.9. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

1.10. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

1.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

1.12. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.12.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Dispensa Limite nº 66/2026

Parecer Jurídico nº 565/PGM/2026 – Ticket nº 414859

Rua Venâncio Aires, nº 2277 | 2º Andar | Centro | CEP: 97010-005 | Santa Maria/RS | Brasil
+55 (55) 3174-1501 | contratacaodireta@santamaria.rs.gov.br | www.santamaria.rs.gov.br

1.12.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

1.13. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.14. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

1.15. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

1.17. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

1.17.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

1.17.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

1.17.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

1.17.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

1.17.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.18. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.19. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.20. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

1.20.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

1.20.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

1.20.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

1.20.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

FASE DE LANCES

1.21. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

1.22. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.22.1. O lance deverá ser ofertado **pelo valor unitário do item.**

1.23. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.23.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

1.23.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,01% (zero virgula zero um por cento).**

1.24. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

1.25. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1.26. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

1.27. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

1.27.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

1.28. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

1.28.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

1.28.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

1.29. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

1.30. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

1.31. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 1.7 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.31.1. SICAF;

1.31.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.31.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.32. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

1.33. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

1.33.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

1.33.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

1.33.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.34. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

1.35. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.35.1. contiver vícios insanáveis;

1.35.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

1.35.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.35.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.35.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

1.36. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

1.36.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa

não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

1.36.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

1.37. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

1.38. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

1.38.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

1.38.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

1.39. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

1.40. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

1.41. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

1.42. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

1.43. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021** e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

1.44. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

1.44.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

1.44.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

1.45. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 1 (uma) hora, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

1.46. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

1.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1.50. *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

1.50.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*

1.51. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

1.52. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

1.52.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

1.53. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

CONTRATAÇÃO

1.54. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

1.55. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

1.55.1. Alternativamente à convocação para assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

1.55.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.56. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

1.57. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.58. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.59. O fornecedor que cometer qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.a) Advertência quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.b) A contratada ficará sujeita ao pagamento de multa, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/21;

1.c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art 155;

1.d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos previstos nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art 155 da Lei 14.133/2021;

1.60. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.61. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.62. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157)

1.63. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.64. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.65. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.66. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

1.67. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.68. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.69. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

1.70. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.71. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.72. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá (conforme Art. 22 da IN 67/2021):

1.72.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

1.72.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

1.72.3. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

1.72.4. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

1.73. As providências dos subitens 1.72.1 e 1.72.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

1.74. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

1.75. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

1.76. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

1.77. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

1.78. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.79. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.80. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

- 1.81.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 1.82.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 1.83.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 1.83.1.** ANEXO I – Termo de Referência
 - 1.83.2.** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
 - 1.83.3.** ANEXO III – Proposta de Preços

Santa Maria/RS, 25 de junho de 2026.

Vanessa Siqueira de Vargas,
Agente de Contratação
Portaria nº 33/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de **embalagens plásticas do tipo Saco de Lixo** para utilização pelos Fiscais do Setor de Fiscalização de Alimentos da Vigilância em Saúde do município de Santa Maria, nos casos em que há apreensões de produtos impróprios para consumo nos estabelecimentos vistoriados sendo encaminhados para descarte.

2 - JUSTIFICATIVA

A solicitação de aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência encontra motivação e fundamentação nas necessidades operacionais encontradas pelos Fiscais do Setor de Alimentos da Vigilância em Saúde durante a execução do trabalho de vistorias, onde há apreensão de produtos impróprios para consumo ou em desacordo com a legislação sanitária. Tendo em vista a necessidade da fiscalização municipal nos estabelecimentos que manipulam, produzem, acondicionam, transportam e/ou comercializam produtos e que necessitam de criteriosa análise da qualidade dos produtos no ato de fiscalização sanitária.

3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	CATMAT
01	Embalagem Plástica do tipo Saco plástico de lixo – capacidade 100 L, cor branco leitoso; material polietileno Alta Densidade; dimensões: 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura 0,10MM; Pacote com 100 unidades.	PCT	20	398560

4 – PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRAZO DE GARANTIA

4.1. Após o recebimento da Nota de Empenho a empresa terá 20 (vinte) dias úteis para entregar os produtos no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Santa Maria.



4.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.3. Os produtos deverão ser entregues embalados individualmente e, quando acondicionados em caixas de papelão, estas devem ser resistentes para possibilitar o empilhamento, tipo do produto, numeração ou o tamanho e a quantidade de unidades por embalagem.

4.4. Produtos danificados e que não estejam em conformidade com a descrição solicitada não serão recebidos.

5 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O objeto deste Contrato será recebido da forma que se segue:

5.1. Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações do Termo de Referência;

5.2. Definitivamente, após a verificação da compatibilidade das especificações com o Termo de Referência.

6 - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento e funcionamento dos produtos objeto da contratação, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes do Edital da Licitação;

6.1.2. Atender, durante o período de garantia dos produtos, aos chamados para reposição de produtos ou conjuntos defeituosos, providenciando o que for necessário, a partir do recebimento da comunicação da CONTRATANTE, que poderá ser feita por e-mail, telefone ou por meio de carta registrada;

6.1.3. Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

6.1.4. Cumprir os prazos estipulados no Contrato e as especificações dos produtos, objeto do Contrato;

6.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios ou defeitos.

6.2. São obrigações da CONTRATANTE:

6.2.1. À CONTRATANTE caberá disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto deste Termo de Referência.

6.2.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no presente Termo de Referência;

6.2.3. Informar à CONTRATADA sempre que verificar vícios ou eventuais defeitos.



7 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos do recebimento da Nota Fiscal pelo servidor indicado no item 9. Para tanto a referida Nota Fiscal/Fatura deverá estar devidamente visada pelo responsável da Secretaria requisitante e ser entregue em até 10 (dez) dias para a Secretaria de Município de Finanças.

8 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas foram avaliadas tendo como critério o menor preço por item.

9 - DA FISCALIZAÇÃO

Fica designado a servidora do Setor de Fiscalização de Alimentos da Superintendência de Vigilância em Saúde da Secretaria de Município de Saúde (SMS) de Santa Maria/RS, Janine Alves Sarturi, Médica Veterinária matrícula nº 18.678 para realizar a fiscalização do cumprimento do objeto do contrato decorrente da contratação.

Santa Maria, 23 de abril de 2026.

**GUILHERME
RIBAS SMIDT
01654510092**

Assinado digitalmente por GUILHERME RIBAS
SMIDT:01654510092
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF
A3, OU=Videoconferencia, OU=30722213000198,
OU=AC SyngularID Multipla, CN=GUILHERME
RIBAS SMIDT:01654510092
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.05.28 17:45:01-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1



TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO:

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de **embalagens plásticas capa fardo** para utilização pelos Fiscais do Setor de Alimentos da Vigilância em Saúde do município de Santa Maria, nos casos em que há apreensões de produtos impróprios para consumo e encaminhados para descarte nos estabelecimentos vistoriados.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação de aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência encontra motivação e fundamentação nas necessidades operacionais encontradas pelos Fiscais do Setor de Alimentos da Vigilância em Saúde durante a execução do trabalho de vistorias, onde há apreensão de produtos impróprios para consumo ou em desacordo com a legislação sanitária. Tendo em vista a necessidade da fiscalização municipal nos estabelecimentos que manipulam, produzem, acondicionam, transportam e/ou comercializam produtos e que necessitam de criteriosa análise da qualidade dos produtos no ato de fiscalização sanitária.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA: embalagens plásticas capa fardo

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT
1	pct	50	Saco plástico capa fardo – 50x80, cor transparente; material polietileno; dimensões: 50 cm de largura x 80cm de altura; espessura 8 micras; pacote com 100 unidades.	444092

DA GARANTIA

A garantia contra quaisquer defeitos de fabricação será considerada a partir da data de recebimento definitivo dos materiais, sendo composta de serviços de reparo ou reposição das peças.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO

O objeto será recebido pelo Almoxarifado Central onde deve ser efetuada a entrega, mediante a apresentação da CÓPIA DO EMPENHO/ORDEM DE COMPRA, acompanhada de a NOTA FISCAL correspondente a respectiva entrega.



Os produtos deverão ser entregues embalados individualmente e, quando acondicionados em caixas de papelão, estas devem ser resistentes para possibilitar o empilhamento, tipo do produto, numeração ou o tamanho e a quantidade de unidades por embalagem.

Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e alterações posteriores, e no Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

DOS PRAZOS

As amostras serão enviadas no prazo de 15 (quinze) dias para aprovação do fiscalizador do contrato, na rua Ângelo Uglione 1534, CEP 97010-570, Santa Maria-RS.

O prazo de entrega do material é de 30 (trinta) dias corridos a partir da aprovação das amostras. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo fornecedor, desde que requerido ANTES DA DATA LIMITE PARA O RESPECTIVO FORNECIMENTO e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente COMPROVADO e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada via e-mail (comprassaudesm@hotmail.com).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

O pagamento será creditado em conta-corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

LOCAL PARA ENTREGA

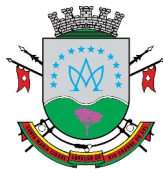
Os itens deverão ser entregues conforme nota de empenho.

Toda entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, pela manhã, no Almoxarifado Central, situado na BR 158 n° 545 B – Bairro Boi Morto - Santa Maria, das 07h30min até as 11h30min, com agendamento prévio. O agendamento deverá ser feito pelo telefone (55) 3174-1530, com Sr Fabiano.

Deverá ser informado: o número da nota de empenho a qual se refere o produto a ser entregue.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Receber e conferir o objeto contratado;



- Efetuar o pagamento ajustado;
- Rejeitar no todo ou em parte, o material que for entregue fora das especificações contidas neste termo de referência.
- No caso de ocorrer entrega do material fora das especificações a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem ônus para o município, no prazo máximo de 10 dias.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de fretes, impostos e demais encargos;
- Entregar o objeto contratado, conforme convencionado, sem qualquer outro encargo ou despesa para a contratante.
- Substituir os produtos com defeito de fabricação ou aqueles que apresentarem adulteração de qualidade dentro do prazo de validade.

FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização do contrato decorrente deste termo de referência ficará sob a responsabilidade da servidorora Janine Alves Sarturi matricula nº 18.678, Fone: (55) 3174 – 1581.

Santa Maria, 23 de abril de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br GUILHERME RIBAS SMIDT
Data: 03/06/2026 09:10:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente processo tem por objeto a aquisição de embalagens plásticas do tipo saco de lixo para utilização pelos Fiscais do Setor de Fiscalização de Alimentos da Vigilância em Saúde do município de Santa Maria, nos casos em que há apreensões de produtos impróprios para consumo nos estabelecimentos vistoriados sendo encaminhados para descarte.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de embalagens plásticas do tipo saco de lixo visa atender as necessidades operacionais encontradas pelos Fiscais do Setor de Alimentos da Vigilância em Saúde durante a execução do trabalho de vistorias, onde há apreensão de produtos impróprios para consumo ou em desacordo com a legislação sanitária. Tendo em vista a necessidade da fiscalização municipal nos estabelecimentos que manipulam, produzem, acondicionam, transportam e/ou comercializam produtos e que necessitam de criteriosa análise da qualidade dos produtos no ato de fiscalização sanitária.

3. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria de Município de Saúde.
Superintendência de Vigilância em Saúde
Vigilância Sanitária – Setor de Fiscalização de Alimentos
Responsáveis: Renata Brum Costa e Evandro togni

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	CATMAT
01	Embalagem Plástica do tipo Saco plástico de lixo – capacidade 100 L , cor branco leitoso; material polietileno Alta Densidade; dimensões: 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura 0,10MM; Pacote com 100 unidades.	PCT	20	398560

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução especificada e que se pretende adquirir, refere-se a aquisição, na modalidade Registro de Preço, para ser atendida a demanda conforme a necessidade apresentada em atender o município de Santa Maria.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS

O quantitativo de 20 pacotes de 100 unidades (duas mil embalagens), previsto no termo de referência é suficiente e visa atender a todo o Município de Santa Maria, por tempo determinado.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO

Conforme pesquisa realizada no Banco de Preços, estima-se o valor de R\$ 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais) para atender essa demanda.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações correlatas que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra pretendida para essa finalidade, especificamente.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A aquisição se fará conforme a necessidade do município de Santa Maria com observância das questões orçamentárias.

10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A aquisição de embalagens plásticas do tipo saco de lixo atenderá a demanda da Vigilância Sanitária - Setor de Fiscalização de Alimentos - Superintendência de Vigilância em Saúde da Secretaria de Município de Saúde (SMS) de Santa Maria/RS no trabalho desenvolvido pela fiscalização municipal nos estabelecimentos que manipulam, produzem, acondicionam, transportam e/ou comercializam alimentos, com impacto em saúde pública, principalmente na prevenção da ocorrência de Surtos de Doenças de transmissão hídrica e alimentar.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em conformidade com as cláusulas do termo de referência. Este processo de aquisição será encaminhado para análise do setor responsável.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta aquisição.

13. RESPONSÁVEIS

Rua Angelo Uglione, 1534 - Centro - Santa Maria/RS
CEP: 97010-570 · Tel.: (55) 3174-1581 ·
www.visa@santamaria.rs.gov.br



Janine Alves Sarturi - Médica Veterinária matrícula nº 18.678.

Santa Maria, 23 de abril de 2026.

**GUILHERME
RIBAS SMIDT
01654510092**

Assinado digitalmente por GUILHERME RIBAS
SMIDT:01654510092
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF A3, OU=Videoconferencia,
OU=30722213000198, OU=AC SyngularID
Multipla, CN=GUILHERME RIBAS SMIDT:
01654510092
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026.05.28 17:40:58-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O presente processo tem por objeto a aquisição de embalagens plásticas capa fardo para utilização pelos Fiscais do Setor de Fiscalização de Alimentos da Vigilância em Saúde do município de Santa Maria, nos casos em que há apreensões de produtos impróprios para consumo nos estabelecimentos vistoriados sendo encaminhados para descarte.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de embalagens plásticas capa fardo visa atender as necessidades operacionais encontradas pelos Fiscais do Setor de Alimentos da Vigilância em Saúde durante a execução do trabalho de vistorias, onde há apreensão de produtos impróprios para consumo ou em desacordo com a legislação sanitária. Tendo em vista a necessidade da fiscalização municipal nos estabelecimentos que manipulam, produzem, acondicionam, transportam e/ou comercializem produtos e que necessitam de criteriosa análise da qualidade dos produtos no ato de fiscalização sanitária.

3. ÁREA REQUISITANTE

Secretaria de Município de Saúde.
Superintendência de Vigilância em Saúde
Vigilância Sanitária – Setor de Fiscalização de Alimentos
Responsável: Janine Alves Sarturi

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT
1	pct	50	Saco plástico capa fardo – 50x80, cor transparente; material polietileno; dimensões: 50 cm de largura x 80cm de altura; espessura 8 micras; Pacotes com 100 unidades.	444092

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução especificada e que se pretende adquirir, refere-se a aquisição, na modalidade Registro de Preço, para ser atendida a demanda conforme a necessidade apresentada em atender o município de Santa Maria.



6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS

O quantitativo de 50 pacotes com 100 unidades cada previsto no termo de referência é suficiente e visa atender a todo o Município de Santa Maria, por tempo determinado.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO

Após coleta em Banco de Preços, estima-se o valor de aquisição de R\$ 1.750,00.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução não há contratações correlatas que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra pretendida para essa finalidade, especificamente.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A aquisição se fará conforme a necessidade do município de Santa Maria com observância das questões orçamentárias.

10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A aquisição de embalagens plásticas do tipo saco de lixo atenderá a demanda da Vigilância Sanitária - Setor de Fiscalização de Alimentos - Superintendência de Vigilância em Saúde da Secretaria de Município de Saúde (SMS) de Santa Maria/RS no trabalho desenvolvido pela fiscalização municipal nos estabelecimentos que manipulam, produzem, acondicionam, transportam e/ou comercializam alimentos, com impacto em saúde pública, principalmente na prevenção da ocorrência de Surtos de Doenças de transmissão hídrica e alimentar.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em conformidade com as cláusulas do termo de referência. Este processo de aquisição será encaminhado para análise do setor responsável.



12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta aquisição.

13. RESPONSÁVEIS

Janine Alves Sarturi – Médica Veterinária matrícula nº 18.678.

Santa Maria, 23 de abril de 2026.



Documento assinado digitalmente

GUILHERME RIBAS SMIDT

Data: 03/06/2026 09:10:05-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ANEXO III
DISPENSA LIMITE Nº 66/2026
PROCESSO Nº 294/2026
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Fone/e-mail:

Lotes	Item	Cód.	Descrição	CATMAT	Quant.	Unidade	Valor Unitário R\$	Valor Total em R\$
1	1	24401	SACO PLASTICO PARA LIXO, COR BRANCO, INODORO, CAPACIDADE 100L, PACOTE COM 100 UNIDADES, CONFORME TERMO DE REFERENCIA	CATMAT 398560 (SIMILAR)	20	PCT		
2	2	45172	SACO PLÁSTICO CAPA FARDO 50X80, COR TRANSPARENTE; MATERIAL POLIETILENO; DIMENSÕES: 50 CM DE LARGURA X 80CM DE ALTURA; ESPESSURA 8 MICRAS; PACOTE COM 100 UM, CONFORME TERMO DE REFERENCIA	CATMAT 444092 (SIMILAR)	50	PCT		

- a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente proposta e, que se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.
- b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no Aviso de Dispensa.

Local, ____ de _____ de 2026.

Nome e Assinatura (Representante Legal)

CPF:

CI: